

Para Mailson, acordo do México favorece o País

**BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO**

A securitização de parte da dívida externa do México, através de títulos com garantia do governo dos Estados Unidos, é positiva para o Brasil, pois demonstra que há espaço para colocação de títulos brasileiros no mercado voluntário, além de demonstrar que os países industrializados se sensibilizaram por uma solução duradoura para a dívida do Terceiro Mundo. A análise foi feita na tarde de ontem pelo ministro interino da Fazenda, Mailson da Nóbrega, ressaltando que ~~ainda não tinha conhecimento detalhado da~~ "solução mexicana", que considerou "imaginosa". Ainda hoje Nóbrega espera receber um comunicado formal do governo mexicano, com explicações detalhadas sobre as negociações, mantidas sob sigilo, durante os últimos meses, com os Estados Unidos.

Mesmo assim, Mailson da Nóbrega já trocou idéias com alguns dos negociadores brasileiros que retomam as conversações com o comitê de bancos credores, no próximo dia 11. Ainda que positiva para o Brasil, a "solução mexicana", explicou o ministro, difere da proposta apresentada pelo Brasil e rejeitada pelos Estados Unidos. A oferta, pelo México, de juros atrativos (1% a 1,5% acima da Libor), segundo o ministro, foi, ao lado do empenho do governo norte-americano, o principal fator que possibilitou o plano com relação à dívida mexicana, que hoje chega aos US\$ 105 bilhões.

Estas condições, no entanto, não poderiam ser seguidas pelo Brasil, porque o País não tem um nível de reservas suficiente para isso, afirmou o ministro da Fazenda, arrendendo-se, em seguida, por ter feito essa reve-

lação e provocado perguntas sobre o nível das reservas nacionais. "Isto é segredo de Estado e eu não vou revelar", completou Mailson da Nóbrega.

O ministro da Fazenda disse ainda não acreditar que o plano de securitização da dívida mexicana tenha saído antes que o da brasileira apenas porque o México teria sido um "devedor padrão", ou seja, não declarou a moratória, como o Brasil. "Essa interpretação não deve ser correta", segundo Nóbrega.

O ministro interino afirmou que os motivos pelos quais os Estados Unidos e os banqueiros não aceitaram o plano de securitização apresentado por seu antecessor, Luiz Carlos Bresser Pereira, foram: a transformação compulsória dos débitos em títulos, o desconto, o deságio, no ato de emissão destes, além da securitização total da dívida.

INOVAÇÃO

Por sua vez, o assessor para Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, embaixador Rubens Barbosa, acredita que a securitização da dívida mexicana é uma inovação importante, que reconhece a realidade de mercado, mas não representa uma solução permanente para a questão da dívida.

Segundo técnicos do Ministério da Fazenda, as primeiras informações conseguidas ontem sobre a proposta mexicana de securitização de parte de sua dívida indicavam que a vantagem conseguida por este país da América do Norte era o não pagamento do principal dos débitos convertidos, dentro de 20 anos, e pelo rendimento dos títulos do Tesouro norte-americano que lastreiam a operação. Durante estes 20 anos, o México pagaria apenas os juros mais um spread de 1,625% maior do que o de 0,8125% acertado até agora.